

Abril 1974

De Embaixada dos EUA em Brasília
Para Secretário de Estado Washington DC
Info Consulado dos EUA em São Paulo
Consulado dos EUA no Rio de Janeiro
Confidencial

Assunto: Agitação estudantil universitária em São Paulo

1. O texto que segue é baseado em informações recebidas do Congen em São Paulo.

2. Resumo: A Universidade de São Paulo continua em estado de tumulto, mas a libertação relatada da maioria dos estudantes detidos parece ter reduzido o clima de exacerbação importante para o nível de tensão. Fontes antigovernamentais alegam que os agitadores nunca teriam recebido o grau de apoio que puderam obter não fosse pela ação precipitada da Polícia Estadual de São Paulo na prisão de estudantes e outros. Elas teorizam que pode haver divergências sérias entre setores de segurança locais e líderes políticos do governo federal em relação a como lidar com a insatisfação estudantil. Atribuem motivos ulteriores à polícia responsável pelas prisões. Excetuando essas detenções, as autoridades universitárias vêm enfrentando o desafio de maneira relativamente contida. Não houve relatos de tortura até agora. Tendo reacendido o interesse dos estudantes nos problemas políticos tanto no campus quando nacionais, a estratégia dos ativistas pode ser a de concentrar-se primeiramente na reorganização das uniões estudantis em bases mais militantes. O recém-criado "Comitê para a Defesa dos Presos Políticos" não parece ter avançado, porém, e a muito alardeada aliança com outros setores populares parece ser mais um objetivo não alcançado do que uma realidade. Fim do resumo.

3. Desde a retomada das aulas, em 15 de abril, o campus principal da USP continua em estado de efervescência, com reuniões e assembléias estudantis continuando a ser marcadas e grande quantidade de comunicados sendo emitidos pelos diretórios estudantis de várias escolas e departamentos, além de outros em nome do recém-formado "Comitê para a Defesa dos Presos Políticos no Brasil". Contudo, o nível de tensão parece já ter passado do auge, e o clima de urgência parece ter se dissipado até certo ponto nas últimas duas semanas, com a circulação de informes segundo os quais vários estudantes detidos pela polícia teriam sido libertados e não teriam sofrido tortura. Não houve relatos de violência no campus, e o Congen não tem informações maiores que fundamentam a suposição de que os líderes estudantis estejam preparando uma greve geral em nível da universidade, pelo menos para o futuro imediato.

4. Os folhetos e outros materiais de leitura que circulam no campus variam em estilo e conteúdo, desde reclamações sobre questões administrativas que preocupam a número restrito de pessoas, tais como a alta nos preços do restaurante universitário, até um ataque ideológico total contra os fundamentos subjacentes ao "milagre brasileiro" e o próprio "sistema", que um panfleto caracteriza como "ditadura militar" a serviço do "capitalismo monopolista". Vários mimeógrafos estão em funcionamento, refletindo possíveis divergências entre diferentes grupos estudantis quanto a abordagens táticas e possíveis pontos de vista políticos divergentes também.

5. A julgar pela calma externa prevalecente recentemente no campus e pelas opiniões manifestadas em alguns dos circulares, o Congen especula que os ativistas estudantis podem estar visando mobilizar o conjunto dos estudantes para apoiar a reforma e reorganização dos centros acadêmicos até agora dormentes para que se convertam em uniões estudantis mais militantes, com o objetivo de recriar um Diretório Central dos Estudantes no nível da universidade e, no nível nacional, uma organização estudantil interuniversitária semelhante à proscriota União Nacional de Estudantes (UNE).

6. As autoridades enxergam o problema basicamente em termos de uma "pequena minoria de agitadores comunistas no campus, financiados e dirigidos desde o exterior", que estariam testando o novo governo Geisel, buscando determinar até que ponto ele pretende permitir uma maior liberdade de ação política, se é que o pretende. O reitor da USP, Orlando Marques de Paiva, disse a representantes do Congen que os líderes estudantis incluem membros de conhecidas organizações terroristas, cassados e outros que claramente se enquadram na definição de "subversivos" feita pela Lei de Segurança Nacional. Ele afirmou que os detidos incluem não apenas estudantes da USP, mas também alunos da Universidade Católica, acadêmicos e outras pessoas de fora, e que eles foram flagrados conspirando ilegalmente contra a ordem estabelecida. Ao mesmo tempo em que reconheceu que há circunstâncias políticas incomuns que coincidem com o início do semestre letivo este ano _a posse de um novo governo, o fim dos dez anos de vigência das ordens

originais de cassação, etc., o reitor declarou que a agitação estudantil é cíclica em sua natureza e que é de se prever nesta época do ano.

7. Por outro lado, fontes do MDB, advogados da arquidiocese e outros que se opõem ao governo militar no Brasil alegam de maneira uniforme que a agitação no campus foi um fato espontâneo precipitado pela prisão pelo DEOPS de cerca de 30 outros líderes estudantis e professores e o “convite” feito a outros para que comparecessem à sede da polícia para serem interrogados. Fontes da oposição afirmam que a enxurrada de queixas e greves relacionadas a falhas administrativas (residências na Escola de Medicina, preços do restaurante universitário, etc.) durante o mês de março consistiram em fatos isolados e não dirigidos, que não têm ligação com a reação contra as prisões de estudantes, que, afirmam, tiveram um efeito catalisador sobre os estudantes. Essas fontes especulam que as prisões podem ter sido um ato provocativo proposital desencadeado por setores de linha dura entre as forças estaduais de segurança de São Paulo, ou para justificar sua existência diante do novo governo federal em Brasília ou para criar obstáculos a qualquer iniciativa possível no sentido de relaxamento das medidas de segurança. Eles acusam especialmente o delegado Sérgio Fleury de ter instigado as prisões numa tentativa de adiar a ação da justiça com relação a seu próprio julgamento por homicídio, ao provar sua condição de indispensável para a administração Geisel. Curiosamente, o diretor de segurança local do Ministério da Educação conferiu alguma credibilidade a essa tese quando disse a representantes do Congen que, num primeiro momento, mexeu-se num ninho de vespas entre as autoridades policiais estaduais e os líderes políticos da esfera federal em relação a como lidar com a agitação universitária em São Paulo. (Agora ele afirma que há uma direção centralizada vinda do comandante do Segundo Exército, que é responsável por conter a situação e identificar as lideranças agitadoras.)

8. Falando com representantes do Congen, fontes do MDB, da Igreja e advogados têm retratado como pequeno seu próprio papel na formação, em 5 de abril, do “Comitê de Defesa”, e do grau em que elas estariam dispostas a apoiar as ações desse comitê. Em relação à eficácia de uma aliança popular para “libertar os presos políticos” e lutar pela “liberdade de expressão e organização política”, essas fontes não se mostraram tão otimistas quanto podem ter levado os ativistas estudantis a acreditar na manifestação de 5 de abril. Deputados estaduais do MDB explicaram sua participação na manifestação como reação à necessidade sentida de fazer um trabalho melhor do que foi feito no passado no sentido de apelar para o voto estudantil e jovem nas eleições parlamentares de 1974. Ao mesmo tempo em que afirmaram que a questão ainda se encontra sob revisão pelo partido, líderes da minoria na Assembléia Legislativa lançaram dúvidas sérias sobre a profundidade do compromisso do partido. Fontes da Igreja disseram que a presença do advogado José (não João, como foi relatado anteriormente) Carlos Dias no comício aconteceu em resposta direta a um apelo feito por líderes estudantis ao cardeal-arcebispo Arns para que apoiasse o esforço de fazer com que as autoridades reconheçam as detenções de estudantes e garantam a inviolabilidade física deles e seu acesso a um processo judicial correto. Dias disse a representantes do Congen que o cardeal concordou com seu parecer segundo o qual a arquidiocese não deve participar do comitê enquanto membro formal.

9. Ao mesmo tempo em que reconhece que sempre é arriscado tirar conclusões de manifestos não autorizados, o Congen ressalva que pelo menos um comunicado que afirmava falar em nome dos centros estudantis das escolas de Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Psicologia deprecia o MDB, descrevendo-o como “não partido” reacionário e oportunista, e acusa a Igreja de estar interessada unicamente em “defender suas terras e sua posição privilegiada”. Ademais, não obstante a declaração do chefe de segurança do Ministério da Educação segundo o qual trabalhadores estariam se unindo ao movimento estudantil, o Congen vê com ceticismo a idéia de que trabalhadores em número significativo estariam dispostos a se deixar atrair para um movimento político que tem suas origens na universidade.

10. O bispo adjunto Dom Benedito Ulhoa Vieira, a quem o Congen consultou para determinar se o problema estudantil tinha prejudicado a expectativa da Igreja de uma melhora nas relações com o governo Geisel, respondeu que até agora não aconteceu nada que levasse a arquidiocese a duvidar a

Tradução: Clara Allain